



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1001956-92.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Inventário - Sucessões**
 Inventariante: Diva Roberto de Santana
 Inventariado: LUIZ ANTONIO FIRMINO DE SANTANA

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Concedo à viúva meeira e herdeiros os benefícios da AJG. Anote.

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 16/21.

A inventariante deixou de apresentar as certidões indicadas nas letras "d", "e", "f" de fl. 11. Consequentemente, não será possível a expedição do formal de partilha enquanto essas exigências não forem implementadas. Observo que o próprio cartório enviará ofício para o CENSEC solicitando a certidão alusiva a testamento. Se a informação revelar sua existência, evidente que haverá necessidade de rerratificação do plano de partilha ora homologado.

HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 16/21 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**).

O Fisco Estadual recebeu senha (fls. 14) para ter pleno acesso a estes autos. O lançamento administrativo do ITCMD não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado manifestou concordância a essa exigência.

P. I. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 14 de abril de 2017

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**